

Anarquismo, marxismo e as lições da Comuna de Paris



Por IAIN MCKAY*

Uma abordagem marxista, é garantido que ela irá (no melhor dos casos) ignorar ou (no pior dos casos) distorcer o envolvimento anarquista na análise dos eventos

“Em 17 de março, o governo comunista completou sua “vitória” sobre o proletariado de Kronstadt e em 18 de março celebrou os mártires da Comuna de Paris. Estava evidente para todos que foram testemunhas mudas do ultraje cometido pelos bolcheviques que o crime contra Kronstadt era muito mais gigantesco do que o massacre dos *Communards*, em 1871, pois aquele foi feito em nome da Revolução Social, em nome da República Socialista” (Emma Goldman. *My Disillusionment in Russia*).^[i]

Há algumas coisas certas acerca da leitura de livros de história. A primeira, e mais óbvia, é que você geralmente sabe como termina (mal, no caso da Comuna de Paris). O que importa é o que você aprende com os eventos discutidos. Segundo, quando é uma abordagem marxista, é garantido que ela irá (no melhor dos casos) ignorar ou (no pior dos casos) distorcer o envolvimento anarquista na análise dos eventos. Nesse sentido, a abordagem leninista de Donny Gluckstein acerca da Comuna de Paris^[ii] não desaponta: ele tanto ignora aspectos chave da crítica anarquista *quanto* distorce as partes que trata.

A Comuna de Paris é uma influência significativa para todos os revolucionários socialistas, anarquistas, assim como marxistas. Isto deve ser bem reconhecido em círculos libertários, então, não há necessidade de discutir sua história em qualquer medida. Não só havia “entre os *communards* anarquistas e sindicalistas de diversos tipos”^[iii], como Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin viram a Comuna de Paris como uma notória confirmação (tanto no sentido positivo quanto no negativo) das ideias anarquistas. Karl Marx produziu seu clássico *Guerra Civil em França* imediatamente após a queda da Comuna e adicionou o que ele considerou suas lições chave – “a classe trabalhadora não pode simplesmente se aposar da máquina estatal automaticamente e manejá-la para seus propósitos”^[iv] – ao prefácio seguinte do *Manifesto Comunista*. Lenin as colocou como o coração do seu *Estado e Revolução* e proclamou que enquanto os “anarquistas tentaram reivindicá-la” [a Comuna] como “uma corroboração de sua doutrina” na realidade eles “compreenderam completamente errado suas lições e a análise de Marx dessas lições”.^[v] Mais recentemente, o leninista Paul Blackledge utilizou esta obra para sugerir que “o problema para Bakunin era que Marx estava palpavelmente correto” na medida em que “a Comuna era uma nova forma de governo e, de fato, uma nova forma de Estado” e, assim, Kropotkin teria produzido “uma crítica imanente à análise de Bakunin da Comuna de Paris”.^[vi] Nós usaremos o livro de Gluckstein como forma de explorar as lições da Comuna, para mostrar como as ideias anarquistas são distorcidas e como a interpretação marxista padrão que ele sistematiza é falha. Isto reafirmará as influências anarquistas na Comuna, o lugar da Comuna no anarquismo e a crítica anarquista sobre ela. Também mostraremos como são implausíveis as tentativas leninistas de apropriarem-se dela para sua tradição, pois ao mesmo tempo que Gluckstein (2006, p. 53) saúda a Comuna por introduzir o “controle operário da produção” e a “democracia desde baixo”, ele falha em mencionar o inconveniente fato dos bolcheviques terem abolido ambos.

Proudhon, Marx e exploração

Enquanto Marx, em *A Guerra Civil em França*, falha em mencionar quaisquer influências intelectuais sobre a Comuna, apresentando-a como algo que apareceu do nada, Gluckstein (2006, p. 85) corretamente aponta que “com todas as suas ideias ousadas e progressistas” ela não “foi escrita em uma folha em branco”. Ele segue a maioria dos historiadores da Comuna dividindo as influências políticas dela em três: Jacobinos, Blanquistas e Proudhonianos. Os primeiros eram republicanos radicais, inspirados pelos Jacobinos da Grande Revolução Francesa, e buscavam primariamente a mudança política, com a questão social a ser tratada depois. Os Blanquistas seguiam seu herói de mesmo nome, Louis Auguste Blanqui, a favor de um partido de revolucionários profissionais que tomaria o poder em um golpe e implementaria o socialismo de cima para baixo. Os Proudhonianos eram inspirados pelo socialismo federalista de Pierre-Joseph Proudhon, as primeiras pessoas a chamarem a si mesmos como anarquistas, e eram um grupo misto que Gluckstein corretamente divide em alas à direita e à esquerda.

Nem precisaria ser dito que a Comuna foi fortemente influenciada pelas ideias de Proudhon, e o melhor que se pode dizer da abordagem de Gluckstein (2006, p. 82) é que pelo menos ele reconhece isto – afirmar que Marx “desempenhou um papel significativo” na Primeira Internacional, diz ele, “não significa, entretanto, que a seção francesa era cheia de marxistas. Aqui os Proudhonianos eram a corrente mais influente”. No entanto, sua discussão sobre as ideias de Proudhon é uma caricatura. Para ser generoso, ela simplesmente repete as análises marxistas padrão das ideias do francês. Portanto sua abordagem não está quebrando as barreiras da distorção. Considerando o quão regulamente esta bobagem é repetida, vale a pena contrastar a abordagem de Gluckstein com o que o “pai do anarquismo” realmente defendeu.

A habitual equação leninista de uma economia de mercado com capitalismo é repetida, com Gluckstein (2006, p. 72) afirmando que as “críticas de Proudhon às falhas da sociedade capitalista eram precisas” mas ele “não recusou o sistema de mercado como um todo”. Confundir capitalismo com mercado permite apresentar Proudhon como um defensor do trabalho assalariado e afirmar que ele sustentou que as trocas de mercado sob o capitalismo são baseadas na liberdade e na igualdade. “Por conseguinte, uma vez que vender a força de trabalho era por si só uma forma de operação comercial, quando empregados iam trabalhar para seus patrões eles não estavam sendo explorados porque ‘o trabalho de qualquer homem pode comprar o trabalho que ele representa’”.

Significativamente, Gluckstein cita Marx citando (erroneamente) Proudhon. De fato, ele raramente cita Proudhon diretamente, sugerindo uma falta de familiaridade com o material fonte, pois se ele estivesse minimamente familiarizado com as ideias de Proudhon, saberia que os anarquistas explicam como a propriedade – trabalho assalariado – “viola a igualdade por meio do direito de exclusão e crescimento, e a liberdade pelo despotismo”, resultando na exploração do operário pelo capitalista que o emprega.^[vii] Ironicamente, na passagem que Marx arranca de contexto e que Gluckstein regurgita, Proudhon está provocando os economistas burgueses acerca do porque a mais-valia produzida pelo trabalho não era usufruída pelos operários que a produziram:

Por que os economistas, se, como parece, acreditam que o trabalho de cada um deve deixar um excedente, não usam toda sua influência para espalhar essa verdade, tão simples e tão iluminada: O trabalho de cada homem deve comprar somente o valor que ele contém, e este valor é proporcional aos serviços de todos os outros trabalhadores?^[viii]

Proudhon explica porque isto não ocorre sob o capitalismo, como vendendo seu trabalho e o produto dele garante-se que os trabalhadores sejam explorados por seus patrões, como é o trabalho assalariado que produz esse resultado. Então se a “troca de bens através de um sistema de mercado” era para Proudhon “fundamentalmente justa”, isto *não* implica que “a venda do trabalho seja uma forma de operação comercial, onde os empregados... não estivessem sendo explorados”. Mostrando sua completa ignorância no assunto, Gluckstein afirma que “Karl Marx, que estudou o trabalho de Proudhon cuidadosamente, teve uma análise muito diferente que colocou a exploração no próprio coração do processo produtivo capitalista” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 72). Na realidade, Proudhon argumentou que era esse o caso de 1840 em diante. Ele estava perfeitamente ciente que os trabalhadores produziam um valor maior do que recebiam em salário:

Quem quer que trabalhe se torna proprietário... eu não quero dizer simplesmente (como fazem nossos economistas hipócritas) proprietário de seu rendimento, de seu salário, de seu soldo, – eu quero dizer proprietário do valor que cria e com o qual o patrão lucra sozinho... o trabalhador mantém, mesmo depois de ter recebido seus salários, um direito natural

de propriedade sobre a coisa que ele produziu.^[ix]

Compare isso à abordagem “marxista” que Gluckstein (2006, p. 72) apresenta, na qual o trabalhador “normalmente criará durante um dia de trabalho mais valor do que seu salário diário com o qual o capitalista comprou a sua força de trabalho. Neste ponto, Marx estava reproduzindo Proudhon mais do que apresentando uma análise diferente.

Eu demonstrei que cada trabalho deve deixar um excedente; de modo que, supondo que o consumo do trabalhador permaneça constante, seu trabalho deve criar, além de sua subsistência, um capital sempre maior. Sob o regime da propriedade, o excedente de trabalho, essencialmente coletivo passa inteiramente... ao proprietário.^[xi]

Isso é obviamente uma teoria da mais-valia sendo gerada na produção, como reconhecido por marxistas mais informados, como John Ennenberg que aponta que as ideias de Proudhon “antecipa[ram] o que Marx e Engels chamariam mais tarde de apropriação da mais-valia”.^[xii] Isto é parte da razão por que “a propriedade é um roubo”, sendo a outra que a apropriação dos meios de vida por poucos colocou o restante na posição de ter que vender seu trabalho (e também seu produto) para os primeiros. (“Nós que pertencemos à classe proletária: a propriedade nos excomunga!”).^[xiii] Assim, o roubo da terra e locais de trabalho necessários a todos para produzir e viver permitiu o roubo, por parte do proprietário, do produto e do excedente criado pelo trabalho.

Talvez sem surpresa, Gluckstein falha em mencionar uma parte essencial da análise de Proudhon, nomeadamente seu conceito de “força coletiva”. Esta era “uma das razões que Proudhon havia dado para rejeitar” a propriedade, que “esforços coletivos produziam um valor adicional” que era “injustamente apropriado pelo *propriétaire*”.^[xiv] Edward Hyams, a quem Gluckstein cita para apoiar sua abordagem incorreta, sintetiza isto suficientemente bem, mesmo que não tenha utilizado o termo: “O proprietário (capitalista)... trai [seus trabalhadores] abominavelmente: pois ele não paga nada por seu esforço coletivo, somente pelo esforço individual de cada”.^[xv] Isto está na página *anterior* a que Gluckstein (2006, p.72) cita do livro de Hayman: assim como a noção de que Proudhon pensava que “o crime [de roubo] não ocorria no processo de trabalho”. Marx, incidentalmente, repetiu a análise de Proudhon sobre o papel da “força coletiva” em *O Capital*, essencialmente da mesma maneira, mas sem o reconhecimento.^[xvi] Gluckstein (2006, p. 73) explica a teoria “marxista” da exploração em termos da “diferença entre o valor criado pela força de trabalho uma vez posta a trabalhar e o próprio valor da força de trabalho”. Ainda assim, Proudhon levantou essa questão em 1846, quando notou que o trabalho “é uma coisa vaga e indeterminada por sua natureza, mas qualitativamente definida pelo seu objeto – isto é, ele se torna realidade através de seu produto”.^[xvii] Marx, ironicamente, “fez comentários depreciativos sobre esta passagem”, mesmo assim ela “antecipou uma ideia que Marx estava para desenvolver como um dos elementos chave no conceito de *força de trabalho*, em outras palavras, como uma *mercadoria*, o trabalho não produz nada e existe independentemente de e anteriormente ao exercício de seu potencial de produzir valor como trabalho *ativo*”.^[xviii] Ao passo que Marx é citado com o “despotismo do capital sobre o trabalho” de 1871, Gluckstein, contudo, falha em mencionar “a propriedade é despotismo” do Proudhon de 1840.^[xix] Isto é uma pena, porque foi este despotismo que permitiu que a exploração ocorresse enquanto os trabalhadores “vendiam seus braços e se separavam de sua liberdade” quando eles se tornaram empregados.^[xx] Proudhon, então, estava perfeitamente ciente da natureza opressiva do trabalho assalariado:

Assim, a propriedade, que deveria nos tornar livres, nos torna prisioneiros. O que estou dizendo? Ela nos degrada, fazendo de nós servos e tiranos um do outro.

Você sabe o que é ser um trabalhador assalariado? Trabalhar sob um patrão, vigilante de seus preconceitos muito mais do que de suas ordens... não ter nenhum pensamento por conta própria... não conhecer nenhum estímulo além do pão de cada dia e o medo de perder seu emprego!

O trabalhador assalariado é um homem a quem o proprietário que contrata seus serviços dirige o seguinte discurso: o que você tem que fazer não diz respeito a você de forma nenhuma: você não controla isto.^[xxi]

Além disso, ele relaciona o crescimento da desigualdade à exploração produzida pela relação hierárquica criada no local de trabalho capitalista:

Eu mostrei o empresário, no nascimento da indústria, negociando em igualdade de termos com seus camaradas, que se tornaram, a partir de então, seus trabalhadores. Está claro, na verdade, que essa igualdade original estava prestes a desaparecer por meio da posição vantajosa do patrão e da dependência dos trabalhadores assalariados.^[xxi]

Proudhon claramente vê a exploração acontecendo no local de trabalho e assim sua “posição de que a propriedade é roubo coloca um antagonismo fundamental entre produtores e proprietários no coração da sociedade moderna. Se os produtores diretos são a única fonte de valor social que os proprietários do capital estão explorando, então a exploração deve ser a causa fundamental da... desigualdade”.^[xxii] De fato, ele relaciona sua análise de como a exploração ocorre dentro da produção – pela apropriação da “força coletiva” pelo capitalista – com seus chamados tanto para a associação (“Em virtude do princípio da força coletiva, os trabalhadores são iguais e associados de seus líderes”^[xxiii]) quanto para a socialização (“Todo trabalho humano sendo resultado da força coletiva, torna toda propriedade, pela mesma razão, coletiva e indivisível”).^[xxiv]

Gluckstein (2006, p.75) reconhece, de passagem, a verdadeira posição de Proudhon apontando que os grandes capitalistas “deveriam ser excluídos da produção de mercadorias através do mutualismo, ou cooperativas operárias”. Se Proudhon realmente pensava que a exploração não acontecia no local de trabalho então porque ele defendia cooperativas? Por que ele argumentou consistentemente pela abolição do trabalho assalariado? Simplesmente porque, ao contrário do que sugere Gluckstein, Proudhon sabia que a “democracia industrial”, na qual “todas as posições são eletivas, e os estatutos sujeitos à aprovação dos membros”, poderia garantir que “a força coletiva, que é um produto da comunidade, deixe de ser uma fonte de lucro para um pequeno número de gestores” e se torne “propriedade de todos os trabalhadores”. Assim “associações de trabalhadores... são cheias de esperança tanto como um protesto contra o trabalho assalariado, quanto como uma afirmação de *reciprocidade*” e sua importância repousa “na negação do regime capitalista”. Seu objetivo era “parar a exploração capitalista e latifundiária em toda parte, abolição do trabalho assalariado, trocas igualitárias e justas garantidas”.^[xxv] Mesmo uma consciência básica dessas ideias teria sido suficiente para reconhecer que a alegação de Gluckstein (2006, p. 72) de que, para Proudhon, a exploração “não ocorre no processo de trabalho” então “ela deve vir de fora das relações comerciais ou capitalistas, através da força e da fraude” é bobagem. A noção de que Proudhon não era contra o trabalho assalariado simplesmente não pode se sustentar mesmo diante de uma visão superficial de sua obra.^[xxvi]

Proudhon e o Socialismo Associativo

Como Marx^[xxvii], Proudhon estava perfeitamente ciente de que o “sistema de mercado” não era igual ao capitalismo, que a “sociedade capitalista” era marcada pelo trabalho assalariado e que tal sistema econômico não era o fim da evolução social.^[xxviii] Como Marx, ele repetidamente clamou pela abolição do trabalho assalariado (daí seu consistente apoio às cooperativas).

Gluckstein (2006, p. 197-198) mascara isto com sua abordagem errônea do Socialismo Associativo então predominante dentro do movimento operário francês. Ele anseia em atribuir a ideia de socialismo baseado em cooperativas à Louis Blanc, que ele alega ter sido quem “originalmente promoveu” esta ideia. Suas ideias eram “atrativas para pessoas em pequenas oficinas que operavam com maquinário mínimo”, pois nestes casos era superficialmente plausível que as cooperativas “pudessem vencer competindo com o sistema capitalista”. Isto é descartado como “reformismo clássico” e condenado ao fracasso devido ao “desenvolvimento industrial [ter] tornado impossível vencer a competição com o capitalismo”. Marx é citado com aprovação indicando que um “governo operário” era necessário para alimentar uma produção nacional baseada em um plano comum.

Isto é errado por três razões. A primeira é que Blanc não pensava que as cooperativas por si mesmas poderiam vencer a competição com o capitalismo. Ele tinha a opinião de que era “necessário usar a totalidade do poder do Estado” para alcançar a organização do trabalho porque “o que falta para os proletários se libertarem são as ferramentas de trabalho” e “isto o governo deve fornecer para eles”. O Estado “deve se colocar resolutamente à frente da indústria” e “deve se constituir, eventualmente, como mestre da indústria e no lugar do monopólio nós obteremos... associação”.^[xxix] É estranho que Gluckstein pareça não saber a real posição de Blanc, como é bem estabelecido na literatura secundária. Ainda mais se

ele teve que consultar os escritos de Proudhon, ele teria descoberto uma crítica repetitiva ao sistema de Blanc porque era governado e financiado pelo Estado. Esta forma centralizada de associação foi denunciada como uma nova forma de trabalho assalariado que simplesmente significava substituir capitalistas por burocratas. Como a história mostra, Proudhon estava certo. ^[xxx]

A segunda é que outros socialistas reconheceram a necessidade de associações para substituir o trabalho assalariado. Proudhon também popularizou a ideia de associações operárias (cooperativas) como a base do socialismo, de 1840 em diante, quando ele afirmou que os gestores “devem ser escolhidos entre os trabalhadores, pelos próprios trabalhadores”. ^[xxxi] Ainda que em *A Ideia Geral da Revolução*, de 1851, isto seja particularmente forte, isto pode ser visto em quase todas as suas obras. ^[xxxii] Para Proudhon, o local de trabalho deve ser comandado pelas “associações industriais, pequenas repúblicas operárias” e então “a democracia industrial deve suceder o feudalismo industrial”. ^[xxxiii] Como Dorothy Douglas notou corretamente, “o movimento cooperativo... sindicalismo... socialismo de guilda, todos carregam traços do tipo de vida industrial autogovernada que Proudhon buscava”. ^[xxxiv]

A terceira e mais importante razão é que Blanc, como Proudhon – não originou a ideia das associações operárias. Assim como Gluckstein troca as datas de publicação da influente obra de Blanc, *A Organização do Trabalho*, 1840 em vez de 1847 ^[xxxv], o fato é que o “Associativismo” nasceu durante a onda de greves e protestos desencadeados pela revolução de 1830. Aquele ano viu tipógrafos *partisans*, por exemplo, produzindo um jornal (*L’Artisan: Journal de la classe ouvrière*) que sugeriu que a única forma de deixar de ser explorado por um patrão era formar cooperativas. Durante as greves de 1833, isto foi reproduzido por outros trabalhadores qualificados e assim as cooperativas eram vistas por muitos trabalhadores como um método de emancipação do trabalho assalariado, muito antes de Blanc colocar a caneta no papel. ^[xxxvi]

Em outras palavras, Blanc e Proudhon simplesmente pegaram ideias expressas pelos trabalhadores e interpretaram de formas diferentes. Isso é importante porque simplesmente reconhecer que outros pensadores socialistas levantaram a ideia de cooperativas operárias como uma alternativa ao trabalho assalariado ainda dá crédito à noção de Lenin de que a classe trabalhadora não pode alcançar ideias socialistas por conta própria. ^[xxxvii] Trata-se do oposto com Proudhon, por exemplo, escolhendo o termo *Mutualismo* a partir dos trabalhadores de Lyon no início dos anos 1840 e suas ideias de crédito, troca e produção cooperativas influenciando-o assim como ele influenciou os trabalhadores de Lyon. Havia, assim, “similaridade próxima entre o ideal associativo de Proudhon... e o programa dos mutualistas de Lyon”; “é provável que Proudhon fosse capaz de articular seu programa político mais coerentemente por causa do exemplo dos trabalhadores da seda de Lyon. O ideal socialista que ele defendia já estava sendo realizado, em certa medida, por tais trabalhadores”. ^[xxxviii]

Depois há a habitual bobagem marxista de que “Proudhon queria que a sociedade retornasse para uma era de ouro anterior” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 73). Na realidade, ele não queria e defendeu a associação precisamente para acomodar o desenvolvimento da indústria e da produção em larga escala. ^[xxxix] E mais, ele também estava perfeitamente ciente de que na França de seu tempo, artesãos e camponeses predominavam e, assim, qualquer movimento e teoria socialista sérios teriam que reconhecer este fato. Gluckstein (2006, p. 69) sabe disso, como ele admite, em 1871, “formas de produção mais antigas predominavam” assim como “a preponderância da produção artesanal e manufaturada” em Paris e em toda parte na França. Ainda assim, isto não impede Gluckstein – como Engels antes dele – de caracterizar Proudhon como anacrônico, a despeito de ele ter defendido ideias aplicáveis à estrutura econômica à qual ele viveu em vez daquelas que, como com Marx, somente se tornariam dominantes décadas após a sua morte. Em vez de ficar olhando para o passado, Proudhon moldou suas ideias à economia com que ele se deparou. Como Daniel Guérin sintetizou muito tempo atrás:

Proudhon realmente andou de acordo com o tempo e percebeu que é impossível voltar no tempo. Ele era suficientemente realista para entender que “a pequena indústria é uma cultura tão estúpida quanto é insignificante” e registrou esta visão em seu *Carnets*. No que diz respeito à indústria moderna de larga escala demandando uma grande força de trabalho, ele era resolutamente coletivista: “No futuro, a indústria em larga escala e a cultura geral deverão ser o fruto da associação”. “Nós não temos escolha nesse assunto”, ele conclui, e é revoltante que alguém tenha ousado sugerir que ele era contra o progresso técnico.

Em seu coletivismo ele era, entretanto, categoricamente contrário ao estatismo. A propriedade deve ser abolida. A

comunidade (como compreendida pelo comunismo autoritário) é opressão e servidão. Assim, Proudhon buscou uma combinação de propriedade e comunidade: isto era a associação. Os meios de produção e troca não devem ser controlados nem pelas empresas capitalistas, nem pelo Estado... eles devem ser geridos pelas associações de trabalhadores.^[xi]

De fato, isto poderia ser Proudhon falando quando uma reunião de um clube em Paris proclamou que a comuna “alocará seus contratos com as associações operárias que irão substituir os grandes chefes, as grandes empresas (especialmente companhias ferroviárias...)” e “organizar a República social e democrática” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 104). Afinal, como Proudhon lembrou em 1851:

Eu disse um dia, em fevereiro ou março de 1849, em uma manifestação de patriotas, que eu rejeitava igualmente a construção e gestão de ferrovias por empresas capitalistas e pelo Estado. Na minha opinião, as ferrovias estão no campo das empresas operárias, que são diferentes das atuais empresas comerciais, assim como devem ser independentes do Estado.^[xii]

Ao mesmo tempo em que reconhecia a contragosto que “as críticas de Proudhon das falhas da sociedade capitalista eram precisas e renderam a ele muitos adeptos”, Gluckstein (2006, p. 72) também afirma, com casual despreocupação, que as ideias de Proudhon são “facilmente reconhecíveis como precursoras da economia neoliberal de hoje. Mas as ideias de Proudhon estavam situadas em um contexto diferente e, assim, tomaram uma forma muito mais radical quando adotadas pela classe de artesãos”. Desde quando o neoliberalismo se abstém de usar o Estado para impor suas reformas e manipular o mercado em favor da classe capitalista? Quando o Estado capitalista alguma vez deixou as pessoas da classe trabalhadora em paz quando elas agiram por si mesmas? Da mesma maneira, quando um defensor da economia neoliberal já argumentou que o *laissez-faire* capitalista significa “a vitória do forte sobre o fraco, dos que tem sobre os que não tem”? Ou denunciou as empresas capitalistas porque elas resultam no “trabalhador [sendo] subordinado, explorado: sua condição permanente é de obediência” e assim as pessoas se relacionam como “subordinados e superiores” com “duas... castas de patrões e trabalhadores assalariados, o que é repugnante para uma sociedade livre e democrática” e instou cooperativas para substituí-las? Ou sugeriu que a “associação operária permanecerá uma utopia enquanto o governo não entender que ele não deve realizar serviços públicos por conta própria ou convertê-los em corporações, mas confiá-los por meio de contrato a prazo com valor fixo a empresas de trabalhadores unidos e responsáveis”?^[xiii]

Como Marx, Proudhon estava perfeitamente ciente do papel que a economia desempenhava em defender, justificar e racionalizar o capitalismo: “A economia política – isto é, o despotismo proprietário – nunca pode estar errada, deve ser o proletariado”.^[xiv] Sem surpresas, Proudhon não tinha nada além de reprovação para com os neoliberais de seu tempo, e estes para com ele.^[xv] Considerando que Gluckstein parece se basear quase exclusivamente em fontes secundárias para criar sua abordagem das ideias de Proudhon, não é surpresa nenhuma que ele utilize uma citação de Proudhon através do pouco confiável J. Salwyn Schapiro^[xvi] para sugerir que Proudhon era contra a “propriedade comum” quando, na realidade, sua fonte intencionalmente traduz de forma errada a palavra *communauté* (comunidade) (GLUCKSTEIN, 2006, p. 75). O que Proudhon quer dizer com “comunidade” é muito bem conhecido, assim como suas razões para se opor a ela (embora Gluckstein falhe em mencionar ambos); ele não se opunha à propriedade comum e sim ao controle estatal que a nacionalização havia criado.^[xvii] Isto pode ser visto quando ele argumenta que o mutualismo é “associação, que é a aniquilação da propriedade” na medida em que “o uso” da riqueza “deve ser dividida” como a “propriedade [se] mantém indivisível” e assim “a terra [é] propriedade comum” e o capital é “comum ou coletivo”.^[xviii] Como ele colocou durante a Revolução de 1848: “sob a associação universal, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho é propriedade social... Nós queremos associações operárias democraticamente organizadas... essa vasta federação de empresas e sociedades entrelaçada ao tecido social da República democrática e social”.^[xix]

Então Proudhon também era a favor de associações de associações. Quinze anos depois, em 1863, ele chamou este sistema de “federação agroindustrial” em *Do Princípio Federativo* e isto “sistematizou” todas as suas ideias econômicas “desenvolvidas ao longo dos últimos vinte e cinco anos”.^[xx] Mesmo Gluckstein não pode ignorar isto, apontando que para Proudhon “as muitas pequenas^[i] unidades econômicas se federalizariam... agrupadas em comunas locais... e depois, mais além, em federações regionais e, finalmente, nacionais” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 75). Mesmo assim, ele consegue fazer

melhor do que Engels que proclamou que Proudhon “via a associação com ódio positivo” e, então, “combinar todas estas associações em uma grande união” era “o completo oposto da doutrina de Proudhon”.^[iii]

Em suma, Proudhon era a favor das cooperativas operárias (ou associações) na medida em que estava perfeitamente ciente que os patrões mantinham parte do valor produzido pelos trabalhadores. Que Gluckstein não saiba esse fato básico demonstra a natureza superficial de sua crítica. Dependente de uma leitura seletiva de fontes secundárias, ele ironicamente confirma os comentários de um certo autor que ele cita: “desde [*A Miséria da Filosofia*, de Marx] nenhum bom marxista teve mais que pensar sobre Proudhon. Eles tinham exatamente o que precisavam, um julgamento *ex cathedra*”.^[iii]

Proudhon e o Estado

O uso de fontes secundárias por Gluckstein garante que ele faça uma caricatura de Proudhon em inúmeros temas além de suas teorias econômicas. Em termos de suas ideias políticas, uma falta de vontade de discutir *por que* Proudhon tinha estas visões soma-se aos problemas que esta abordagem inerentemente cria. Como um exemplo disso, Gluckstein (2006, p. 74) usa o artigo hostil e impreciso de Schapiro para oferecer aos seus leitores uma citação de Proudhon: “Toda esta democracia me enoja... O que eu não daria para navegar entre esta turba com punhos cerrados!”. Já ao consultar a carta a qual este trecho pertence, fica rapidamente claro que Schapiro deseja citar Proudhon fora de contexto para reforçar sua sugestão absurda de que ele era um “precursor” do fascismo. Na realidade, Proudhon estava lamentando que outros na esquerda o estavam atacando como “um falso *democrata*, um falso amigo do progresso, um falso republicano” devido a sua posição crítica sobre a independência da Polônia. Diferente de quase todo o resto da esquerda, Proudhon se opôs a criação de um Estado polonês na medida em que ele não seria democrático, mas sim governado pela nobreza, sendo assim: “católico, aristocrático [e] dividido em castas”.^[iiii] O contexto mostra que Proudhon está fazendo um comentário irônico sobre aqueles na esquerda que violam seus próprios princípios democráticos reivindicados para apoiar a criação de tal regime feudal. Da mesma forma, “esta turba” não se refere ao “povo” como Schapiro e Gluckstein buscam sugerir, mas sim a um grupo de críticos de Proudhon. Schapiro não tenta indicar a mudança de assunto nem mesmo a mudança de página!^[liv]

Ele conta com outras falsas afirmações do artigo hostil e impreciso de Schapiro, nada menos que a ideia que Proudhon “apoiava a guerra”^[lv] (GLUCKSTEIN, 2006, p. 216) quando na verdade, a obra em questão (*A Guerra e a Paz* de 1861) buscava explicar como a guerra poderia ser encerrada de uma vez por todas, terminando com o apelo: “A HUMANIDADE NÃO QUER MAIS GUERRA”.^[lvi] Ele utiliza Schapiro da mesma forma, para sintetizar a posição de Proudhon sobre o golpe de Louis Napoleon Bonaparte, apontando que sua posição era “bizarra” e estava expressa em “um panfleto com o extraordinário título *A Revolução Social Demonstrada pelo Golpe de Estado*” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 74-75), quando o que é “bizarro” e “extraordinário” é julgar um livro (não “um panfleto”) por seu título. Cumpre dizer que a síntese de Gluckstein deixa muito a desejar (como a de Schapiro^[lvii]). Para Proudhon, o golpe “demonstrou” a Revolução Social somente na medida em que mostrou que a situação antes de dezembro de 1851 *não* poderia ser mantida e que algum tipo de mudança era possível, seja positiva ou negativa. Isto, por sua vez, significava que Louis Bonaparte tinha duas opções – abraçar a revolução social e democrática (e assim acabar com seu poder pessoal) ou abraçar a reação (e assim manter seu poder pessoal).^[lviii] Ou, nas palavras de seu capítulo final: “Anarquia ou Czarismo”.^[lix] A escolha da última opção por Louis Bonaparte talvez não fosse surpreendente. Ainda que esta dificilmente seja a melhor obra de Proudhon, seus argumentos sequer são sistematizados por Gluckstein, que claramente só leu seu título.

Ao mesmo tempo que evidencia os perigos da pesquisa insuficiente – ou fazendo o mínimo de pesquisa necessário para confirmar seus preconceitos – isto também expõe uma debilidade chave da abordagem de Gluckstein tanto sobre as ideias de Proudhon quanto sobre a crítica anarquista à Comuna. Dito de forma simples, ele não explica *por que* Proudhon se opôs ao Estado e argumentou contra a ação política. Considerando que a razão pela qual ele mantinha essas posições levam diretamente à crítica anarquista da Comuna, é duplamente inoportuno que isto não seja discutido.

Gluckstein (2006, p. 74) cita Proudhon argumentando que “a questão social só pode ser resolvida por você e só por você,

sem o auxílio do poder”.^[lx] Então por que Proudhon enfatiza a auto-organização e a mudança desde baixo? Porque ele reconhecia que o (“poder”) estatal era governado pelo capital. Como ele colocou, para “conduzir esta guerra ofensiva e defensiva contra o proletariado, uma força pública era indispensável” e isto “o torna inevitavelmente vinculado ao capital e contra o proletariado”.^[lxi] Esquecendo-se que Proudhon foi bem sucedido ao concorrer a eleições, Gluckstein (2006, p. 74) usa citações fora de contexto para reforçar a alegação de que “a ideia de envolvimento político da classe trabalhadora o ultrajava”. Porém, suas experiências no parlamento são relevantes quando procuramos entender e explicar suas posições – particularmente quando Proudhon as usa explicitamente para confirmar suas análises anteriores da natureza de classe do Estado, como ele fez no seu trabalho de 1849, *Confissões de um Revolucionário*.^[lxii] Assim, sua crítica ao Estado estava construída sob um claro entendimento de sua natureza e base classistas, que a república “é nada além da aliança ofensiva e defensiva daqueles que possuem contra os que nada possuem”, uma “coalizão dos barões da propriedade, comércio e indústria contra a deserdada classe baixa”. Uma república centralizada, unitária e indivisível cria a divisão entre governantes e governados e, assim, “o cidadão não tem nada além do poder de escolher seus governantes por maioria de votos”. Dessa forma, a França era uma “República semi-Democrática”, na qual os cidadãos

[...] são autorizados, a cada três ou quatro anos, a eleger primeiro o poder legislativo e segundo o poder Executivo. A duração desta participação no Governo para a coletividade popular é breve... o presidente e os representantes, uma vez eleitos, são os mestres; todo o resto obedece. Eles são os *súditos* a serem *governados* e taxados sem cessar.^[lxiii]

Ela mal surge e cria um interesse próprio, separado e frequentemente contrário aos interesses do povo, porque, agindo então sob este interesse, transforma os funcionários públicos em suas próprias criaturas, disso resultando o nepotismo, a corrupção e pouco a pouco sua transformação em uma tribo oficial, inimigos ao mesmo tempo do trabalho e da liberdade.^[lxiv]

A centralização (*unité*, unidade) da “república indivisível” não era uma forma neutra de organização social, mas sim “a pedra angular do despotismo e da exploração burguesas”.^[lxv] Ela era necessária para assegurar o controle burguês:

E quem se beneficia deste regime? O povo? Não, as classes altas... unidade... é simplesmente a forma da exploração burguesa sob a proteção das baionetas. Sim, a unidade política, nos grandes Estados, é burguesa: as posições que ela cria, as intrigas que causa, as influências que ela estimula, tudo isto é burguês e para a burguesia.^[lxvi]

Considerando que até a democracia está vinculada ao capital e não poderia ser capturada, Proudhon voltou-se à auto-organização econômica da classe trabalhadora para que “uma nova sociedade fosse fundada no coração da antiga”, para assim “combater e reduzir o poder, colocá-lo no local adequado na sociedade, [pois] não adianta mudar os detentores do poder ou introduzir alguma variação em seu funcionamento: uma combinação agrícola e industrial deve ser encontrada por meio da qual o poder, hoje o governante da sociedade, se torne seu escravo”.^[lxvii]

Isto é algo que Gluckstein, em teoria, está ciente. Ele aponta que “os *communards* não tinham qualquer dúvida das limitações do sufrágio operando onde a economia capitalista era dominante” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 46). Que é exatamente o porquê de os vários tipos de “proudhonianos” terem sido tão contra quanto hesitantes em apoiar as eleições. Como a história mostra, a Social-democracia falhou em viver de acordo com as esperanças de Marx e se tornou tão reformista quanto Bakunin havia advertido.^[lxviii] O próprio Gluckstein aponta que estes partidos “acabam gerindo o sistema capitalista” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 204) e, assim, se “afundam na máquina do Estado, sendo o Partido Trabalhista Britânico um exemplo disso. Estes movimentos pensaram que poderiam utilizar as estruturas de poder existentes para realizar as mudanças que desejavam” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 63). Porém, ele falha em relacionar este fim com os meios usados, com o inconveniente fato de estes partidos terem seguido o apelo de Marx para tomar parte na “ação política” e se organizar como partido político, em vez de um movimento sindical militante como desejado pelos “coletivistas” na Internacional.

Da mesma forma, Proudhon não estava convencido que qualquer estrutura centralizada de Estado socialista poderia ser algo além de capitalismo de Estado: “Nós não queremos a expropriação, por meio do Estado, de minas, canais e ferrovias; isto ainda é monarquia, trabalho assalariado”.^[lxix] Novamente, esse era o caso com a nacionalização do trabalho e, é claro, também se deu sob Lenin, Trotsky e depois Stálin. Como ele previu, se o governo substitui a propriedade privada, então “nada mudou além dos acionistas e da gestão; além disso, não há a menor diferença na posição dos

trabalhadores”.^[lxx] Substituir o chefe privado por um burocrata público não criou socialismo.

Por isto Proudhon defendia o federalismo político, econômico e social, para que “não mais tivéssemos a abstração da soberania popular como na constituição de 1793 e nas outras que a seguiram; e como em *Do Contrato Social* de Rousseau. Em vez disso, ela se torna uma soberania efetiva das massas trabalhadoras que regem e governam... as massas trabalhadoras são verdadeira, positiva e efetivamente soberanas: como elas poderiam não ser quando o organismo econômico – trabalho, capital, propriedade e recursos – pertence inteiramente a elas?”.^[lxxi] Assim como a associação econômica e o federalismo, Proudhon também defendeu o federalismo comunal, e Gluckstein admite que uma “federação de comunas” – “A França Livre, que é a França Comunal em forma federal” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 52), como um *communard* havia colocado – “substituiria o Estado, como Proudhon havia previsto” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 101). Porém, ao mesmo tempo, ele afirma que “a abordagem de Proudhon focava somente no econômico” e “o Estado tinha que ser desconsiderado” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 74). Proudhon, no entanto, não era indiferente ao Estado e buscou formas de enfraquecê-lo até o ponto que desaparecesse – ele simplesmente reconheceu que a ação política, em vez de pressão popular e transformação econômica desde baixo nunca resultaria em mudança real. Considerando a história subsequente do capitalismo, ele parece ter razão.

Assim, é simplesmente falso alegar que Proudhon “evitou lidar com o centro do sistema – a exploração no coração da relação capitalista-trabalhador, e o Estado que existe para proteger esse processo de exploração” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 76). Ele estava perfeitamente ciente que o Estado era uma ferramenta capitalista e que o trabalho assalariado levava à exploração.

Proudhonianos de Esquerda ou Coletivistas?

Em vez de se contrapor ao Socialismo Associativo, Proudhon foi um de seus mais influentes defensores. Suas ideias encontraram expressão nos círculos da classe trabalhadora, durante e depois de sua vida, e quando Proudhon expressou apoio à associação dos trabalhadores como a base do socialismo libertário ele não estava expressando novas ideias, mas expressando uma perspectiva comum, desenvolvida dentro dos círculos da classe trabalhadora, e isto se refletiu posteriormente nas seções da Europa Continental da Primeira Internacional e também no interior da Comuna.

Não é de se surpreender, portanto, que durante a Comuna, inúmeros trabalhadores pressionaram o Conselho a promover cooperativas como meio de resolver a “questão social”. O próprio Conselho Comunal decretou que as oficinas cujos donos tivessem fugido deveriam ser dadas às “associações cooperativas dos trabalhadores que eram empregados nelas” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 30). Como Proudhon, isto levantou a possibilidade de *todos* os grandes locais de trabalho serem transformados em associações de trabalhadores. Entretanto, a Comuna (como Proudhon) era fundamentalmente gradualista em sua abordagem. Esta falha em tomar uma abordagem revolucionária foi destacada por Bakunin e por libertários posteriores como a chave para a derrocada da Comuna.

Gluckstein parece não se contradizer dirigindo algum elogio à Proudhon, apontando que as “forças da abordagem de Proudhon – seu antiautoritarismo e ênfase na auto-organização pela classe trabalhadora – foi adaptada” por seus seguidores. Isto é uma melhora significativa em relação a Engels, que considerava o “antiautoritarismo” como sendo uma besteira completa e inaplicável à sociedade moderna.^[lxxii] Ele também aponta que “o proudhonismo tem raízes profundas no movimento da classe trabalhadora e coloca ênfase na ação desde baixo” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 83). Isto é uma melhora em relação a Lenin, que argumentou que “o princípio organizativo da Social-democracia... consiste em proceder de cima para baixo”.^[lxxiii] Depois da morte de Proudhon, militantes influenciados por ele revisitaram e desenvolveram muitas de suas ideias. Baseados em suas experiências, muitos se tornaram (como Eugène Varlin) organizadores de sindicatos e greves, ao mesmo tempo que rejeitavam suas noções patriarcais. Gluckstein (2006, p. 134-135) os classifica como “proudhonianos de esquerda”, mas um termo muito melhor seria “coletivistas” – como Bakunin inicialmente chamou sua política antes de adotar o termo anarquista. Como os militantes franceses, Bakunin preferia a propriedade coletiva, as lutas econômicas e greves, a expropriação do capital por sindicatos e uma organização descentralizada e federal de comunas e associações por local de trabalho. Porém, este dificilmente é um ponto de partida radical como pode parecer à primeira vista, já que estes militantes buscaram ampliar a “combinação agrícola e industrial” de Proudhon, de simples cooperativas de crédito e locais de trabalho, até o sindicalismo. Que Proudhon tenha rejeitado esta posição não significa negar as

relações óbvias entre os “mutualistas de esquerda” (coletivistas) e suas ideias.

Ao não apresentar uma abordagem acurada das ideias de Proudhon, Gluckstein também apresenta uma imagem falsa das influências teóricas dentro da Internacional e infla a influência de Marx no processo. Como G.D.H. Cole aponta, os internacionalistas franceses, inclusive Varlin, eram: “fortemente hostis à centralização. Eles eram federalistas, tentando construir organizações da classe trabalhadora localmente e depois federando as federações locais. A França livre que eles vislumbravam seria um país composto por comunas locais autônomas, livremente federadas para propósitos comuns que demandavam ação em grandes áreas.... Neste sentido eles eram anarquistas. [Varlin] tinha, no fundo, mais em comum com Proudhon do que com Marx [e tinha uma] visão sindicalista”.^[lxxiv]

Para citar o próprio Varlin, os sindicatos têm: “a enorme vantagem de fazer o povo se acostumar à vida em grupo e, assim, prepará-lo para uma organização social mais ampla. Eles acostumam o povo não só a se dar bem uns com os outros e a entender um ao outro, mas também a se organizar por si mesmo, discutir e raciocinar a partir de uma perspectiva coletiva. [Além de mitigar a exploração e a opressão capitalista no aqui e agora, os sindicatos também] formam os elementos naturais do edifício social do futuro; são eles que podem facilmente se transformar em associações de produtores; são eles que podem fazer os ingredientes sociais do trabalho de produção”.^[lxxv]

Ao passo que tais visões podem ser vistas nos escritos de Bakunin, nada semelhante pode ser visto nos de Marx; então a sugestão de Gluckstein (2006, p. 210) que a correspondência entre Marx e Varlin “é certamente significativa” ao refutar os “muitos historiadores recentes que sentem a necessidade de negar qualquer influência marxista em Paris” não se sustenta. A noção de que Varlin era marxista não pode ser compatibilizada com sua advertência de que “colocar tudo nas mãos do Estado, altamente centralizado e autoritário... estabeleceria uma estrutura hierárquica de cima para baixo do processo trabalho”. Rejeitando a propriedade estatal, ele sugeriu, como Proudhon, que “a única alternativa era que os próprios trabalhadores tivessem a livre disposição a posse das ferramentas de produção... por meio de associação cooperativa.”^[lxxvi]

Como se pode ver, a posição de Varlin era próxima à de Bakunin – talvez o fato de que Marx se correspondeu com o anarquista russo mostre uma “influência marxista” em suas ideias? Este é um exemplo das muitas vezes que Gluckstein busca reforçar a influência de Marx em uma revolução e em uma seção da Internacional onde tal influência mal existiu. No entanto, as similaridades com as ideias de Bakunin são óbvias, embora não sejam mencionadas por Gluckstein, assim como marxistas regularmente ignoram as óbvias relações entre as ideias de Bakunin e aquilo que posteriormente ficou conhecido como sindicalismo revolucionário.^[lxxvii] Não é de se surpreender que quando Bakunin conheceu Varlin no Congresso da Internacional de Basileia e “uma vez que o programa da Aliança foi explicado para” Varlin, ele disse “partilhar das mesmas ideias e concordou em coordenar com seus planos revolucionários”.^[lxxviii] “Varlin e os bakuninistas franceses”, George Woodcock aponta, “também reconheceram, antes da Comuna de Paris [como os sindicalistas], o papel dos sindicatos na luta social e na greve geral”.^[lxxix] Igualmente, Gluckstein considera o trabalho de Varlin para derrubar o Império como contraditório à posição apolítica de Proudhon. Porém ele se esquece que Proudhon montou barricadas e utilizou as habilidades de seu ofício para imprimir a primeira proclamação da República na revolução de 1848 e, é claro, foi bem sucedido ao concorrer nas eleições alguns meses antes (embora a experiência, como apontado, confirmou seu antiparlamentarismo).

Da mesma forma, os anarquistas estão perfeitamente cientes que repúblicas podem oferecer mais oportunidade para atividade do que ditaduras, que a “mais imperfeita república é mil vezes melhor que a monarquia mais esclarecida... O sistema democrático gradualmente educa as massas para a vida pública”^[lxxx] e, dessa forma, a “Internacional não rejeita a política de tipo geral; ela será compelida a intervir na política contanto que ela seja forçada à luta contra a burguesia. Ela rejeita somente a política burguesa”^[lxxxi]. Anarquistas tomaram parte nos protestos que derrubaram o Czar em fevereiro de 1917^[lxxxii], assim como na Espanha em 1931 (por exemplo). A questão é que participaram em tais eventos para impulsioná-los mais adiante, para transformá-los em revolução social, em vez de revoluções puramente políticas.^[lxxxiii] Esta era a posição de Kropotkin durante a Revolução Russa de 1905: “Unidos com todo o povo russo nós lutamos contra a autocracia. Ao mesmo tempo, nós temos que trabalhar para ampliar nossa luta e lutar simultaneamente contra o capital e contra o governo”.^[lxxxiv] Esta também era a posição de Varlin quando ele apontou que “para nós, a revolução política e a revolução

social são interdependentes” e “diante de todos os obstáculos que nós encontramos, sentimos que nos será impossível organizar a revolução social enquanto vivermos sob um governo tão autoritário como o atual.”^[lxxxvi]

Para Engels, em 1891, “a Comuna foi a sepultura da escola proudhoniana de socialismo”.^[lxxxvii] Contudo, a evidência sugere o contrário – a “escola proudhoniana” tinha se transformado muito antes de março de 1871 e continuou a fazê-lo muito depois na forma de “coletivismo”. Varlin, em outras palavras, era parte do desenvolvimento geral do movimento libertário desde o mutualismo reformista em direção ao coletivismo revolucionário, de Proudhon à Bakunin (por assim dizer). Quanto a Bakunin, suas ideias eram ideias “proudhonianas amplamente desenvolvidas e levadas até suas últimas consequências”.^[lxxxviii] Entretanto, isto não quer dizer que sem Bakunin isto não teria acontecido, pois Varlin “parece ter se movido de forma independente em direção a sua posição coletivista”.^[lxxxix] Em outras palavras, Bakunin se tornou influente porque ele era parte de um desenvolvimento geral dentro dos círculos internacionalistas, ideias com as quais ele contribuiu profundamente mas com as quais foi também profundamente influenciado.

Então, considerando as conexões de Varlin com Bakunin e as similaridades de suas políticas, Gluckstein (2006, p. 84) está correto em afirmar que “Varlin demonstrou o que poderia ser alcançado”, mas não no sentido que ele pretendeu dizer. Foi precisamente a ascensão do “coletivismo”, ao qual Bakunin e Varlin se filiaram, que finalmente forçou Marx a deslocar o Conselho Geral para os Estados Unidos.^[lxxxix]

***Iain McKay** é escritor e anarquista. Autor, entre outros livros, de *Anarchism, Anarchist Communism, and the State: Three Essays* (PM Press).

Tradução: **Ivan Thomaz Leite de Oliveira** e **Claudio Ricardo Martins dos Reis**.

Publicado originalmente na revista *Anarcho-Syndicalist Review*.

Notas

-
- [i] GOLDMAN, Emma. *My Disillusionment in Russia*. New York: Thomas Y. Crowell Co., 1970, p. 199.
 - [ii] GLUCKSTEIN, Donny. *The Paris Commune: A Revolutionary Democracy*. London: Bookmarks, 2006.
 - [iii] COLE, G.D.H.. *A History of Socialist Thought*. London: MacMillan, 1961, 2: p. 167.
 - [iv] MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *On the Paris Commune*. Moscow: Progress Publishers, 1971, p. 270.
 - [v] LENIN, Vladimir. *Collected Works* 25, p. 481.
 - [vi] MCKAY, Iain. *Freedom and Democracy: Marxism, Anarchism and the Problem of Human Nature*. In: PRICHARD, Alex; KINNA, Ruth; PINTA, Saku; BERRY, David (eds.). *Libertarian Socialism: Politics in Black and Red*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2012, p. 26-28.
 - [vii] PROUDHON, Pierre-Joseph. *Property is Theft! A Pierre-Joseph Proudhon Anthology*. Iain McKay (ed.). AK Press, 2011, p. 132.
 - [viii] PROUDHON, 2011, p. 178.
 - [ix] PROUDHON, 2011, p. 114.
 - [x] PROUDHON, 2011, p. 253.
 - [xi] EHRENBERG, John. *Proudhon and His Age*. New York: Humanity Books, 1996, p. 55.
 - [xii] PROUDHON, 2011, p. 103.
 - [xiii] VINCENT, K. Steven. *Pierre-Joseph Proudhon: the Rise of French Republican Socialism*. Oxford University Press, 1984, p. 64-65. A visão do próprio Proudhon pode ser encontrada em *O que é a Propriedade?* (PROUDHON, 2011, p. 117-118, 212-213). E é repetida em obras subsequentes, inclusive em *Sistema das Contradições Econômicas*.
 - [xiv] HYAMS, Edward. *Pierre-Joseph Proudhon: His Revolutionary Life, Mind and Works*. London: John Murray, 1979, p. 43.

- [xv] MARX, Karl. Capital: A Critique of Political Economy. Penguin Books, 1976, I: p. 451.
- [xvi] PROUDHON, 2011, p. 176-177.
- [xvii] OAKLEY, Alan. Marx' Critique of Political Economy: intellectual sources and evolution, 1844 to 1860. Routledge & Kegan Paul, 1984 1: p. 118.
- [xviii] PROUDHON, 2011, p. 133.
- [xix] PROUDHON, 2011, p. 212.
- [xx] PROUDHON, 2011, p. 248-249.
- [xxi] PROUDHON, 2011, p. 192.
- [xxii] ENRENBURG, 1996, p. 56.
- [xxiii] PROUDHON, Pierre-Joseph. Systeme des contradictions économiques ou Philosophie de la misere. Paris: Guillaumin, 1846, I: p. 377.
- [xxiv] PROUDHON, 2011, p. 137.
- [xxv] PROUDHON, 2011, p. 610, 586, 558, 596.
- [xxvi] Proudhon se opôs ao comunismo e, dessa forma, como Kropotkin discutiu em "O sistema de salários coletivista" em *A Conquista do Pão* e em outros escritos, era a favor do sistema de salário (isto é, distribuição por contribuição não por necessidade), mas isto não é o mesmo que apoiar que os trabalhadores vendam sua força de trabalho a um patrão.
- [xxvii] "Vamos supor que os próprios trabalhadores estão com a posse de seus respectivos meios de produção e trocam suas mercadorias uns com os outros. Estas mercadorias não podem ser produto do capital" (MARX, 1976, 3: p. 276).
- [xxviii] "O período pelo qual nós estamos passando agora - o do maquinário - é distinto por uma característica especial: TRABALHO ASSALARIADO". Ele denuncia "o vício radical da economia política": "chamando de estado definitivo uma condição transitória - nomeadamente, a divisão da sociedade entre patrícios e proletários" (PROUDHON, 2011, p. 190, 174).
- [xxix] BLANC apud VINCENT, 1984, p. 139-140.
- [xxx] PROUDHON, 2011, p. 204-206, 215-217, 296, 399, 556-557.
- [xxxi] PROUDHON, 2011, p. 119.
- [xxxii] Para um panorama sobre as ideias de Proudhon sobre socialismo associativo e sua evolução, ver a excelente abordagem de Vincent.
- [xxxiii] PROUDHON, 2011, p. 780, 610. Proudhon parece ter usado o termo "democracia industrial" pela primeira vez em 1852 quando apontou "uma inevitável transição para uma democracia industrial". Cf. PROUDHON, Pierre-Joseph. La Révolution sociale démontrée par le coup d'Etat du 2 décembre. Antony: Tops-Trinquier, 2013, p 156.
- [xxxiv] DOUGLAS, Dorothy. Proudhon: A Prophet of 1848: Part II. The American Journal of Sociology 35: p. 1, 54.
- [xxxv] Os artigos originais de Blanc sobre os quais o livro se baseia aparecem em Revue du progrès, em 1839. (VINCENT, 1984, p. 138).
- [xxxvi] MOSS, Bernard H. Producer's Associations and the Origins of French Socialism: ideology from below. In: Journal of Modern History 48: p. 1, 73.
- [xxxvii] Em *Que Fazer?* (1902), Lenin argumentou que "não pode haver qualquer conversa de uma ideologia independente formulada pelas próprias massas trabalhadoras no processo de seu movimento" e, assim, a consciência socialista "deveria ser trazida a eles de fora. A história de todos os países mostra que a classe trabalhadora exclusivamente por seu esforço próprio é capaz de desenvolver somente uma consciência trade-unionista... a Teoria do socialismo... cresceu de teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por representantes educados das classes proprietárias, por intelectuais". Cf. LENIN, Vladimir. Collected Works 5: p. 384, 375. Para mais dessa discussão, ver a seção H.5 de MCKAY, Iain. An Anarchist FAQ. Volume 2. Edinburgh: AK Press, 2012.

[xxxviii] VINCENT, 1984, p. 164.

[xxxix] “M. de Sismondi, como todo homem de ideias patriarcais, preferiria que a divisão do trabalho, com maquinaria e manufaturas, fosse abandonada, e cada família retornasse ao sistema primitivo não dividido –, isto é, cada um por si e todos contra todos no mais literal sentido das palavras. Isto seria um retrocesso; é impossível” (PROUDHON, 2011, p. 194).

[xl] GUÉRIN, Daniel. Anarchism: From Theory to Practice. Monthly Review Press, 1970, p. 45.

[xli] PROUDHON, 2011, p. 583

[xlii] PROUDHON, 2011, p. 732, 583, 718.

[xliii] PROUDHON, 2011, p. 187.

[xliv] “A escola de Say”, Proudhon argumentava, era “o foco central da contrarrevolução” e “ao longo dos últimos dez anos parece ter existido somente para proteger e aplaudir o execrável trabalho dos monopolistas do dinheiro e necessidades, aprofundando mais e mais a obscuridade de uma ciência [econômica] naturalmente difícil e cheia de complicações” (PROUDHON, 2011, p. 587). Tudo isso parece, infelizmente, demasiado aplicável atualmente”.

[xlv] SCHAPIRO, Salwyn. Pierre Joseph Proudhon, Harbinger of Fascism. In: The American Historical Review 50: 4 Jul., 1945.

[xlvi] “Os membros de uma comunidade, é verdade, não tem propriedade privada; mas a comunidade é proprietária e proprietária não só dos bens, mas das pessoas e das vontades” (PROUDHON, 2011, 131).

[xlvii] PROUDHON, 2011, p. 93, 148, 153.

[xlviii] PROUDHON, 2011, p. 377-378.

[xlix] PROUDHON, 2011, p. 714.

[l] Deve ser psicologicamente significativo que leninistas escrevam sobre Proudhon e anarquistas em geral defendendo “pequenos” e “minúsculos” locais de trabalho. Aparentemente, tamanho importa e leninistas pensam que suas unidades produtivas são muito, muito maiores que a dos anarquistas. Na realidade, é claro, anarquistas defenderam tamanhos apropriados de locais de trabalho e não estão preocupados sobre seus tamanhos. Marxistas podem fetichizar a produção em larga escala, mas isso não implica que sua presunção de que anarquistas tomem a posição oposta de fetichizar a produção em pequena escala seja acurada, em vez disso, nós apoiamos o nível apropriado de produção baseado em uma avaliação de requisitos objetivos e dos custos sociais e ecológicos envolvidos.

[li] MARX; ENGELS, 1971, p. 31.

[lii] HYMANS, 1979, p. 92

[liii] Proudhon, Pierre-Joseph. Correspondance de Pierre-Joseph Proudhon. Paris: A. Lacroix, 1875, X1: p. 196-197.

[liv] MCKAY, Iain. Hal Draper on Proudhon: Anatomy of a Smear. In: Anarcho-Syndicalist Review 77, Fall 2019.

[lv] Outras alegações de Schapiro repetidas por Gluckstein são apresentadas em: MCKAY, Iain. Neither Washington nor Richmond: Proudhon on Racism and the Civil War. In: Anarcho-Syndicalist Review 60, Summer 2013.

[lvi] PROUDHON, Pierre-Joseph. La Guerre et la Paix, recherches sur le principe et la constitution du droit des gens. Paris: Dentu, 1861, 2: p. 420.

[lvii] O espaço impede que discutamos as muitas distorções de Schapiro para além de apontar que ele apresenta Proudhon como tendo “saudado o ditatorial Segundo Império” (SCHAPIRO, 1945, p. 726) nesta obra, quando, na realidade, ela foi publicada antes de Louis Napoleon se autoproclamar imperador em dezembro de 1852. Então, a obra foi dirigida a alguém que ainda era, em teoria, o presidente democraticamente eleito da Segunda República, embora um que tenha aumentado amplamente os poderes de seu gabinete em nome da defesa do sufrágio universal masculino contra um parlamento que o havia limitado. Em termos do seu uso da repressão estatal, embora substancial, foi muito menos do que a de vários governos entre junho de 1848 e dezembro de 1851.

[lviii] De fato, Louis Napoleon “teria que reformar a constituição, tornando-a mais democrática” e “realizar uma reforma social e econômica, assim como política” e, assim, “o livro, estritamente interpretado, exclui colaboração. As

condições estabelecidas para a colaboração eram tão exigentes que elas não poderiam ser encontradas”. Cf. RITTER, Allan. *The Political Thought of Pierre-Joseph Proudhon*. Princeton University Press, 1969, p. 187-188.

[lix] PROUDHON, 2013, p. 174.

[lx] Compare isto ao *communard* que alertou o povo a “não esperar nada do governo; faça você mesmo... se associe com camaradas na oficina, com seus vizinhos em seu bairro”. Cf. Johnson, Martin Phillip. *The Paradise of Association: Political Culture and Popular Organisation in the Paris Commune of 1871*. University of Michigan Press, 1996, p. 135.

[lxi] PROUDHON, 2011, p. 223, 226.

[lxii] PROUDHON, 2011, p. 423.

[lxiii] PROUDHON, 2011, p. 566, 573.

[lxiv] PROUDHON, Pierre-Joseph. Regarding Louis Blanc: The Present Utility and Future Possibility of the State. In: *Anarcho- Syndicalist Review* 66, 2016.

[lxv] PROUDHON, Pierre-Joseph. *La fédération et l'unité en Italie*. Paris: E. Dentu, 1862, p. 33.

[lxvi] PROUDHON, 1862, p. 27-28.

[lxvii] PROUDHON, 2011, p. 321, 226.

[lxviii] Quando “trabalhadores comuns” são enviados para “Assembleias Legislativas” o resultado é que os “deputados-operários, transplantados para um ambiente burguês, para uma atmosfera de ideias puramente burguesas, irão, de fato, deixar de serem trabalhadores e se tornarão estadistas, eles se tornarão burgueses” pois “os homens não fazem as suas situações, pelo contrário, são feitos por elas. Cf. BAKUNIN, Mikhail. *The Basic Bakunin: Writings 1869-1871*. Robert M. Cutler (ed.). Prometheus Books, 1994, p. 108.

[lxix] PROUDHON, 2011, p. 378. Esta posição foi levantada primeiro em *O que é a Propriedade?* e é crítica à “comunidade” juntamente com a propriedade. Ele essencialmente argumenta que o comunismo estatal (o único tipo que existia até então) significaria “a comunidade é proprietária e proprietária não só dos bens, mas das pessoas e das vontades” (PROUDHON, 2011, p. 131).

[lxx] Citado por RITTER, 1969, p. 167-168.

[lxxi] PROUDHON, 2011, p. 760-761.

[lxxii] ENGELS, Friedrich. On Authority. In: *The Marx-Engels Reader*. Robert C. Tucker (ed.). W.W. Norton & Co., 1978a, p. 730-733. Para uma crítica de seu argumento ver a seção H. 4 de *An Anarchist FAQ*.

[lxxiii] Ironicamente, “o princípio organizacional da oportunista Social-Democracia” era “proceder de cima para baixo e, dessa forma, onde fosse possível... estimular o autonomismo e a “democracia” levados (pelos superzelosos) ao patamar da anarquia”. Cf. LENIN, Vladimir. *Collected Works* 7: p. 396-397.

[lxxiv] COLE, 1961, p. 140, 168.

[lxxv] Citado por ARCHER, Julian P. W. *The First International in France, 1864-1872: Its Origins, Theories, and Impact*. University Press of America, Inc., 1997, p. 196.

[lxxvi] SCHULKIND (ed.), 1972, p. 63-64.

[lxxvii] MCKAY, Iain. Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism. *Anarchist Studies* 20:1 Spring, 2012.

[lxxviii] ARCHER, 1997, p. 186.

[lxxix] WOODCOCK, George. *Anarchism: A History of libertarian ideas and movements*. Penguin Books, 1986, p. 263.

[lxxx] Mikhail Bakunin citado por GUÉRIN, 1970, p. 20

[lxxxi] BAKUNIN, Mikhail. *The Political Philosophy of Bakunin*. G.P. Maximov (ed.). New York: The Free Press, 1953, p. 313.

[lxxxii] Enquanto, significativamente, os bolcheviques locais se opuseram aos protestos iniciais (assim como Marx se opôs às tentativas de insurreição durante a guerra franco-prussiana).

[[lxxxiii](#)] Kropotkin uma vez apontou que qualquer revolução francesa deveria começar como uma revolução “política”, já que as revoluções “não foram feitas sob encomenda” mas “uma vez que a revolução começar, ela não deve parar com mera mudança de governo” e “tentativas de expropriação” devem começar. Cf. KROPOTKIN, Peter. *The Conquest of Bread and Other Writings*. Cambridge University Press, 1995, p. 211

[[lxxxiv](#)] KROPOTKIN, Peter. *Direct Struggle Against Capital*. Edinburgh: AK Press, 2014, p. 461. Ambas as frações marxistas russas viram os eventos de 1905 como uma revolução “burguesa” e, assim, limitaram seus objetivos à uma transformação puramente política, argumentando que os trabalhadores deveriam buscar mudanças sociais uma vez que a república tivesse sido conquistada.

[[lxxxv](#)] SCHULKIND, Eugene (ed.). *The Paris Commune of 1871: The View from the Left*. London: Jonathan Cape, 1972, p. 32-33.

[[lxxxvi](#)] MARX; ENGELS, 1971, p. 31

[[lxxxvii](#)] BAKUNIN, Mikhail. *Michael Bakunin: Selected Writings*. Arthur Lehning (ed.) London: Jonathan Cape, 1973, p. 198.

[[lxxxviii](#)] WOODCOCK, 1986, p. 239.

[[lxxxix](#)] Para uma boa abordagem sobre a ascensão do anarquismo revolucionário dentro da Internacional, ver: GRAHAM, Robert. *We Do Not Fear Anarchy? We Invoke It: The First International and the Origins of the Anarchist Movement*. Oakland/Edinburgh: AK Press, 2015.